

Parlamentares do PMDB repudiam negociação e temem queda de reservas

por Cecília Pires
de Brasília

Saudado pelos economistas de linha ortodoxa ligados ao governo passado, como o ex-ministro da Fazenda, deputado Delfim Netto (PDS-SP), e o ex-ministro do Planejamento, senador Roberto Campos (PDS-MT), o acordo preliminar da dívida externa feito pelo governo brasileiro foi repudiado pela maioria dos parlamentares do PMDB. A Fundação Pedrosa Horta, órgão de estudos do PMDB, deverá divulgar uma nota, hoje, condenando os entendimentos e o retorno do País ao FMI, segundo informou seu presidente, senador Severo Gomes.

"Que coisa horrível! Cedemos sem nenhuma vantagem", reagiu Severo. "Estamos reduzindo ainda mais nossas reservas, que estão num nível perigosíssimo. O acordo é inconstitucional, pois todo acordo internacional deve ser referendado pelo Congresso. E este, é claro, não será aprovado aqui", disse o senador.

O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, também reagiu com indignação. "Fazer um tremendo carnaval com a moratória para cair numa solução convencional é um absurdo". Para Fernando Henrique, o acordo "vai diminuir nossas reservas e o dinheiro novo prometido destina-se apenas a pagar os juros. Ainda não sei se o acordo está ligado ao monitoramento do FMI ou se foi feito em separado com os credores. De qualquer maneira, para quem dizia que não podia haver eleições presidenciais neste ano, porque elas atrapalhariam um acordo da dívida externa, acabou-se o empecilho".

Para o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), "os credores continuam negociando com pessoas que não têm autorização expressa da Nação. Estou repelindo estas condições porque espero que num próximo governo democrático estas condições de agora não sejam consideradas por escrito, como de resto, todas as outras negociações. O Brasil capitulou", concluiu Pimenta. "É um escândalo", resumiu.

Segundo o deputado Fernando Gasparian (SP), do grupo de economistas do PMDB, o Brasil ainda está longe de uma negociação final, e está exaurindo suas reservas. "Este acordo é desastroso. Cada vez que negociamos com o caixa baixo, temos menos condições de negociar. O País está indo cada vez mais para trás nesta negociação."

De acordo com Pimenta da Veiga, nem ao menos o dinheiro novo estabelecido na negociação chegará ao Brasil. "Não virá um dólar, porque a negociação é uma atividade meramente contábil. Os negociadores foram extremamente incompetentes e fracos." O

líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, preferiu não se manifestar. Ele alega que vai esperar um parecer da Comissão da Dívida Externa, a quem pediu que estudasse o assunto.

Para o ex-ministro Delfim Netto, "foi uma decisão correta. As condições são rigorosamente as do México. A simples volta do Brasil ao mercado financeiro internacional é um passo importante. Terminou o período de maluquice, a maluquice que foi o Plano Cruzado". Na opinião de Delfim, o que falta agora é enfrentar o problema interno. Para isso, ele defende "um choque de liberalidade. E preciso cortar o déficit público e liberar preços e a negociação salarial. Ninguém vai arrumar a economia com controle de preços. O nível de desorganização da economia é de tal ordem que nem um 'Intellectus Angelicus' seria capaz de fazer os acertos necessários", disse Delfim.

O ex-ministro da Fazenda alega também que a renegociação da dívida de forma ortodoxa, com o retorno do Brasil ao FMI não trará recessão, comparando esta negociação com aquela feita em 83. "O momento é totalmente diferente. Quando se fez o acordo de 83 o mundo estava em recessão. O Brasil fez um acerto duro e rápido, mas pagamos um preço menor que a maioria dos países da América Latina. Entre 80 e 84, a queda do produto per capita em toda a AL foi maior que no Brasil. Em 84, já estávamos saindo da crise e gerando superávit".

O ex-ministro Roberto Campos disse que o acordo "é satisfatório. Para o Brasil era urgente restabelecer relações amigáveis com o sistema financeiro internacional e conseguir auxílio financeiro, além da redução dos juros. Temos de fazer um esforço para retomar as negociações e apresentar um programa ao FMI coerente, de combate à inflação e de liberalização da economia, com privatização das estatais".

Para Roberto Campos, o acordo preliminar, com retorno ao FMI não vai trazer mais recessão. "Nós já estamos em recessão proveniente da política heterodoxa. Não é a aplicação da política ortodoxa que vai causar recessão, ao contrário. Ela vai comprimir o setor público que é ineficiente e liberar o setor privado, que é mais eficiente". Segundo o senador, o governo precisa cortar subsídios e subvenções e cortar o inchaço da máquina estatal, extinguindo ministérios inúteis, como o da Ciência e Tecnologia, criados por Tancredo Neves para acomodar os amigos que o apoiaram na campanha eleitoral, sem nenhuma análise séria do organograma governamental", concluiu.